

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA INTERNET: O caso do Participatório – Observatório Participativo da Juventude¹

Caroline Mazzer de Souza², Caroline Kraus Luvizotto³

Resumo

O conceito de participação é muito anterior à internet, mas com o advento da rede mundial de computadores e, sobretudo, com as ferramentas da segunda geração da web, a web 2.0, foi possível criar um novo espaço de comunicação e participação online. Nesse contexto, o objeto de estudo deste artigo é o website *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*, que foi criado em 2013, como resposta as manifestações ocorridas no mesmo ano no Brasil. Este estudo procura refletir sobre a utilização da internet para ações de participação política e social dos jovens no Brasil, a partir do exemplo do website Participatório, no contexto da participação online, buscando verificar sua abrangência e performance e analisando o potencial das tecnologias digitais na revitalização da democracia. Apesar do website favorecer a participação político-social dos jovens, ele possui limitações de acessibilidade e navegabilidade, e dessa forma, suas ferramentas não são utilizadas em sua potencialidade.

Palavras-chave: Juventude; Participação político-social, Internet; Participatório – Observatório Participativo da Juventude

Introdução

Criado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria 42, o Participatório – Observatório Participativo da Juventude⁴ é uma “plataforma virtual

¹Artigo apresentado ao Eixo Temático 01 – Cidadania / Direitos Civis / Participação / Inclusão do IX Simpósio Nacional da ABCiber.

²Aluna do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bolsista da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais - ComMov. E-mail: carol-mazzer@hotmail.com

³Socióloga, Doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais - ComMov. E-mail: caroline@faac.unesp.br

⁴ <http://participatorio.juventude.gov.br>

interativa voltada à produção do conhecimento sobre a juventude e para a própria juventude, mediante participação e mobilização social” (Artigo 2º da Portaria 42), que “pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos para temas relacionados às políticas públicas de juventude” (Artigo 3º).

Para analisar o website Participatório no contexto da participação político-social na internet é necessário compreender alguns fenômenos relacionados à participação e mobilização da juventude. É imprescindível saber qual a importância da participação ativa para a formação cidadã e entender qual a real importância de fazer parte de algo e quais ferramentas são necessárias.

E a participação social é uma ação coletiva que possui em sua gênese uma série de características, dentre as quais, podemos destacar suas estratégias de ação, sua organização, a historicidade, os laços e identidades compartilhadas. Essas características somadas a um projeto de sociedade é que levam os atores sociais a se aproximarem dessas ações coletivas e atuarem ativamente ou ocasionalmente junto aos movimentos sociais, aos espaços de deliberação política e aos mais diversos contextos onde se faz necessária uma ação democrática e cidadã (GOHN, 2011).

E, a respeito do processo de participação e mobilização social, deve-se dar um destaque especial para o “protagonismo jovem”, e analisar a juventude enquanto uma categoria social e operante na sociedade. Afinal, a juventude não é apenas uma fase de passagem para a vida adulta. Ela engloba diversos processos, desde a formação de valores, até a construção de sua própria identidade.

Dessa forma, se torna necessário analisar a juventude como uma categoria social, para só então poder compreender como ela se manifesta e participa social e politicamente. E ao se analisar o histórico de participação e mobilização da juventude, se verifica que os jovens sempre participaram ativamente, contudo, essa participação vai adquirindo novas formas de atuação ao longo do tempo e das transformações sócio-culturais. Como explica Serna (1997):

[...] a participação juvenil na atualidade caracteriza-se pela diversidade e dispersão dos conteúdos e das formas de atuar, o que determina que a participação juvenil seja vista como um processo em constante transformação, pois os grupos, redes, movimentos, organizações

nascem e morrem, renascem com novos nomes e propostas e esse contínuo recriar parece ir constituindo os jovens como atores sociais. (SERNA, 1997 apud GIL, 2012, p.96).

E uma das grandes ferramentas facilitadoras do processo de participação é a internet, já que o ciberespaço modifica a interação entre os cidadãos e permite uma interatividade com grande alcance, já que as barreiras do tempo e do espaço são rompidas na internet, o que não se observa nos outros meios de comunicação como o rádio, o jornal e a televisão, por exemplo. Deste modo, pode-se dizer que a web propiciou uma nova forma de participação: a participação online, em que os grupos sociais podem usar o ciberespaço como uma plataforma importante para expressar suas demandas políticas e sociais.

Muitas ações de caráter político-social se fortaleceram e se potencializaram a medida em que a internet deu suporte a elas, utilizando sua arquitetura em rede para disseminar informação e promover a discussão coletiva. A partir dessa ferramenta foi possível propor e organizar ações e ampliar os canais de participação. Pereira (2011, p. 16) explica que o potencial da internet concentra-se em “atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos, desde que sejam “devidamente” convencidos, a participar de ações específicas de protesto, cibernéticas ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções de mundo”. Devemos destacar aqui que este engajamento ou vinculação baseia-se fundamentalmente na liberdade do militante “não formal de se envolver quando quiser e onde quiser, sem os altos custos da participação formal” (PEREIRA, p. 16).

Alguns exemplos importantes podem ser citados acerca do uso da internet para o ativismo e a mobilização social, como a Primavera Árabe e os protestos ocorridos em junho e julho de 2013 no Brasil. No caso da Primavera Árabe, a mídia social e as tecnologias móveis potencializaram o movimento, atuando como mecanismos facilitadores do processo de comunicação e difusão de informações, criando assim, uma mobilização online (VIEIRA, 2013 p. 3).

Já nas manifestações ocorridas no Brasil, as redes sociais foram ferramentas importantes para marcar encontros e convocar um grande número de pessoas a irem para as ruas, reivindicar seus direitos e evidenciar seu descontentamento com o governo. Tais

manifestações aconteceram, inicialmente, sob a bandeira do Movimento Passe Livre (MPL), uma organização formada por jovens e que se declara sem a existência de uma liderança, mas múltiplas vozes que se alternam na busca de mudanças sociais e econômicas que visam beneficiar a população (BERNARDINI; GOBBI, 2013).

Assim, fica evidente a importância das NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação para a participação e mobilização online, sobretudo, da juventude brasileira. Daí a importância do website Participatório, como sendo uma plataforma de participação online da juventude do país. Neste sentido, este estudo procura refletir sobre a utilização da internet para ações de participação política e social dos jovens no Brasil, a partir do exemplo do website Participatório, no contexto da participação online, buscando verificar sua abrangência e performance e analisando o potencial das tecnologias digitais na revitalização da democracia.

Participação e participação online

A palavra participação tem sido muito utilizada. Nos mais diversos setores, somos chamados a participar de alguma forma. Seja para participar da reunião de moradores do bairro, de uma reunião importante no trabalho, ou até mesmo de assembleias políticas. Mas qual o significado efetivo de participação?

A respeito da participação cidadã, pode-se entender as ações coletivas realizadas em diferentes níveis com o intuito de trazer ideias e melhorias. Várias dessas ações ocorrem porém, devido a uma crise do Estado, que tem dificuldade em responder efetivamente às demandas sociais, sobretudo das classes mais baixas. Assim, se verifica a necessidade da participação na sociedade, como forma dos cidadãos constituírem-se como atores sociais e políticos, expressando seus interesses e necessidades.

E um dos principais efeitos da participação popular, é que ela pode se tornar uma poderosa arma política em favor à democracia e dos interesses dos cidadãos. Assim como afirma Habermas (1983, p. 376), “a participação política é um elemento propulsor do difícil e incerto caminho da humanidade em direção a sua própria emancipação”. E apesar de muito ter-se ouvido sobre a importância de participar ativamente, esse interesse

muitas vezes deixa de vir acompanhado da teoria do que é efetivamente participação, quais suas dinâmicas e porque ela passou a ser tão discutida na atualidade.

De acordo com o autor do livro *O que é participação* (1983), Juan Dias Bordenave, a participação coletiva faz parte da sociedade atual, por ser um movimento de reação ao individualismo e a alienação gerados pelas revoluções industriais e pelo avanço tecnológico que instituiu os veículos de comunicação de massa.

É como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios eletrônicos de comunicação massiva, tivesse levado os homens primeiro a um individualismo massificador e atomizador e, mais tarde, como reação defensiva frente a alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva. (BORDENAVE, 1983, p.7)

A participação coletiva é essencial para manter a democracia e fazer com que o governo aja e as leis sejam feitas de acordo com os interesses do povo. Daí a necessidade da união dos cidadãos para juntos somar forças e assim conseguir defender o interesse coletivo. Isso fica evidente na teoria política de Rousseau (1978, p. 55): “As leis não são, propriamente, mais do que as condições da associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o seu autor. Só aqueles que se associam cabe regulamentar as condições da sociedade”. Assim, se pode dizer que a própria democracia pode ser vista como um estado de participação como afirma Bordenave (1983, p. 8) “democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação”.

Mas a busca pela participação não vem apenas de necessidades políticas. O ser humano, por viver em sociedade, constitui-se portanto, naturalmente, um ser puramente social e que deste modo, tem como essência a necessidade de participar, fazer parte. A participação ajuda o indivíduo na construção de sua própria identidade e no reconhecimento deste como um sujeito operante na sociedade.

Bordenave (1983, p.16) explica que “a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (...) a palavra participação vem de parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”.

Segundo esse pensamento, o cidadão pode apenas fazer parte, mas deve também tomar parte, interferindo assim de forma consciente e crítica nas decisões, participando,

desse modo, de maneira realmente plena. Isso fica evidente na obra *Política social, educação e cidadania* (1994), de Pedro Demo:

Participação sem auto-sustentação é farsa, porque sucumbe a dependências. É incorreto definir cidadania como fenômeno meramente político, como se a questão se esgotasse na participação. Faz parte, na mesma relevância, a capacidade produtiva. Cidadão pleno, participa e trabalha/produz (DEMO, 1994, p. 41).

E a participação pode ocorrer em diferentes níveis, desde um micro, até o macro, que seria a participação social. Contudo, porque mesmo em uma sociedade democrática, que favorece a participação, muitas pessoas ainda ficam a par desse processo? De acordo com Bordenave (1983, p. 39) “existem circunstâncias de diversos tipos que condicionam o grau, o nível e a qualidade da participação”.

Algumas dessas circunstâncias são: tradição e cultura; normas específicas de cada grupo; diferenças individuais; e estrutura social. Entretanto, umas das principais circunstâncias para a participação efetiva, é a de como aprender a participar. E embora a participação não seja um processo simples e que possa ser ensinado como uma disciplina nas salas de aula, ela deve ser discutida nesse meio.

Outro ponto importante é a prática da participação em níveis menores, como forma de aprendizagem para tornar as pessoas aptas a participarem efetivamente de questões sociais e políticas. Através da microparticipação o indivíduo aprende a participar, e a perceber que deve ser atuante na sociedade, deixando assim, de esperar que o governo tome todas as decisões sozinho. Pateman (1992, p. 39) ao explicar a teoria do *Contrato social*, de Rosseau, evidencia que:

(...) Uma vez estabelecido o sistema participativo, ele se torna auto-sustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula; quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo.

É possível notar que as gerações atuais exercem parte de seus direitos expressivos por meio da internet. A web 2.0 serve de grande atrativo para a articulação dos movimentos sociais, pois nela é possível a interação coletiva por intermédio de comunidades formadas em torno de interesses específicos, dar apoio a causas, além de discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública a reflexão e disseminar informações políticas e sociais (LUVIZOTTO, 2016).

A internet e as mídias digitais possibilitam uma nova compreensão e sentido para a participação, para a democracia, para o ativismo e para as identidades coletivas. A partir das ferramentas web 2.0, caracterizadas pela interação e colaboração, é possível participar de ações sociais coletivas de modo online e off-line (ROTHBERG; LUVIZOTTO; VANZINI, 2014): online, uma vez que a estrutura de conectividade da internet permite derrubar a barreira do tempo e do espaço, possibilitando a qualquer ator social se manifestar e deliberar sobre os mais diversos assuntos e contextos sociais. É possível fazer parte de grupos virtuais que possuam uma motivação, uma identidade coletiva e ali se auto representar, discutir, propor, aprender e organizar ações. Off-line, uma vez que fazendo parte de um grupo social com vínculo indenitário o ator pode postar vídeos, fotos e todo tipo de conteúdo informacional em tempo real e tornar público aquele momento que, somente os participantes off-line teriam condições de conhecer, mas com o uso da internet passa a ser de domínio público, instrumentalizando a participação político-social.

E, a respeito do processo de participação e mobilização social, deve-se dar um destaque especial para o “protagonismo jovem”, e analisar a juventude enquanto uma categoria social e operante na sociedade.

Mobilização da Juventude

De acordo com a Lei nº8.069, que em 1990 instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, são considerados jovens os indivíduos entre 12 e 18 anos de idade. Contudo, em 05 de agosto de 2013 é criada a Lei nº 12.852, que institui o Estatuto próprio da Juventude, e considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos.

No entanto, a juventude não é apenas uma fase de passagem para a vida adulta. Ela engloba diversos processos, desde a formação de valores, até a construção de sua própria identidade. Assim como explica Souza (2004, p.49): “a idade não é, então, somente um conjunto de anos que se vai agregando num processo linear, mas determina expectativas e comportamentos[...]”.

Mas como a juventude é caracterizada? Por se tratar de uma categoria socialmente construída, e não apenas uma faixa etária, é difícil encontrar uma definição completa, que

represente toda a complexidade e dimensões do conceito juventude. Assim como aponta Regina Novaes, em sua obra *Juventude e sociedade: jogos de espelhos*:

Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e, ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. Para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”. Isto é, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania (NOVAES, 2007 p.7).

Segundo a autora, a juventude deve ser vista como uma fase de construção de identidades, e definições de projetos para o futuro, e dessa forma, a juventude é marcada por ambivalências (RIZZINI; CALDEIRA; BARROS, 2010).

Por fim, a juventude também não deve ser vista como um seguimento homogêneo, já que “embora seja uma fase da vida marcada por características universais, a forma como cada grupo social representa e convive com essas características é muito diversificada” (PNJ, 2011, p. 83). Em suma, é necessário analisar a juventude sem limitações, ou seja, considerá-la como uma categoria social, para só então poder compreender como ela se manifesta e participa social e politicamente.

E a respeito do histórico de participação do jovem no Brasil, se percebe que o protagonismo jovem é muito importante. Em períodos como a ditadura foi imprescindível a participação dos jovens estudantes, que se mobilizavam em busca do fim da censura e da redemocratização do país.

A juventude tem essa marca na história do Brasil. Foram jovens estudantes que deram a vida para defender a liberdade quando ela nos foi negada, de 1964 à redemocratização dos anos 80. E a partir de 1937, esses estudantes estiveram organizados em torno de sua entidade maior, a União Nacional dos Estudantes (POERNER, 2004, p. 20).

No início da década de 1990, o movimento dos caras-pintadas, pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, colocou novamente a juventude no debate nacional. (CASSAB, 2010). Assim como explica Souza (1999): “Os rostos foram pintados, num gesto simbólico, com as cores verde e amarela, ficando essa manifestação conhecida como o movimento dos caras-pintadas” (SOUZA, 1999, apud BARBOSA, 2008 p. 55)

Por fim, outro período importante para a mobilização da juventude foi o ano de 2013, em que ocorreram as manifestações no Brasil. Através de serviços online, como as redes sociais, a juventude se mobilizou, discutiu temas importantes e chamou o restante da população a ir para as ruas do país evidenciar o descontentamento com o governo. Como destaca Machado (2013, p. 29): “Vimos mais uma vez os movimentos de juventudes emprestar o seu potencial para dar voz aos justos anseios de toda uma sociedade [...]”.

O “protagonismo jovem” é imprescindível, pois chamados a participar, os jovens desenvolvem habilidades importantes na defesa de direitos, bem como interagem com diversas linguagens e tipos de engajamento, utilizando ferramentas que lhes permitem acessar outras informações à luz de perspectivas transformadoras (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009).

Em suma, o protagonismo juvenil é muito importante para ajudar a mudar a realidade social, seja da comunidade em que o jovem vive, ou mesmo em relação a questões mais amplas como a política, que pode alterar toda a realidade de um país. Mas, para que o jovem consiga exercitar sua cidadania e tornar-se protagonista de sua história, é imprescindível, que anteriormente ele compreenda a sua própria realidade, “percebendo contradições sociais e tornando-se sujeito do processo de decisões e ações” (RODRIGUES, 2014).

Assim, em geral, a participação juvenil possibilita a “atuação dos jovens em espaços políticos, educacionais e sociais não como espectadores, mas sim como atores principais, decidindo, planejando, executando e avaliando suas ações” (OLIVEIRA, 2009, p. 100). Através da participação, as minorias também podem expressar sua voz e expor suas demandas.

E uma das grandes ferramentas facilitadoras do processo de participação é a internet, já que o ciberespaço modifica a interação entre os cidadãos e permite uma interatividade com grande alcance, pois as barreiras do tempo e do espaço são rompidas na internet, o que não se observa nos outros meios de comunicação como o rádio, o jornal e a televisão, por exemplo. Deste modo, pode-se dizer que a web propiciou uma nova forma de participação: a participação online, em que os grupos sociais podem usar o ciberespaço como uma plataforma importante para expressar suas demandas políticas e

sociais.

E como citado anteriormente, um dos exemplos mais recentes que envolve a juventude brasileira e a internet, são as manifestações ocorridas no Brasil em junho e julho 2013. Nesta época, o Brasil tinha como contexto a preparação para a Copa do Mundo que foi realizada no ano seguinte. E a população assistia calada as concessões de verbas para essas obras caríssimas, além de casos de superfaturamento e corrupção. O estopim para as manifestações foi então, em meio a tudo isso, o aumento do preço do transporte público.

As redes sociais como Facebook e Twitter foram super importantes nesse processo. Foi através desses serviços online que a população foi chamada a ir para as ruas reivindicar seus direitos e demonstrar seu descontentamento com a representatividade do governo. Para tanto, foram criadas algumas *hashtags* tais como “não é só por 20 centavos”, e “o gigante acordou”, que foram amplamente divulgadas e nas ruas tornaram-se cartazes.

Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, na internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar (SCHERER-WARREN, 2014).

A juventude utilizou essas novas facilidades e a tecnologia disponível e criou um levante popular, buscando melhorias sociais e alterações nos cenários sociais, econômico e político das cidades onde aconteceram as passeatas. Pode-se complementar, nesse sentido, que os usuários das redes sociais, utilizando as tecnologias disponíveis, mobilizaram-se com o uso da interatividade das mídias e nas ruas confirmaram as alterações de papéis de receptor, para produtor de informação; ou seja, a população que recebia calada as notícias de escândalos políticos e o aumento do transporte, resolveu modificar o espaço e se transformou em produtor, nas ruas, fazendo a notícia, mobilizando-se e formando a agenda *setting* de debate da informação (BERBARDINI, GOBBI, 2013, p. 115 e 116).

Com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, além de possibilitar o contato entre pessoas distantes, também permite ao usuário criar seu próprio conteúdo. É a interatividade da web 2.0, que permite criar um site, compartilhar informações, curtir, comentar e etc. Assim, a rede possibilita o surgimento de mídias alternativas como foi o caso da Mídia Ninja, que teve uma participação importante durante as manifestações de junho de 2013, no sentido de divulgação dos fatos a partir de uma perspectiva mais próxima dos movimentos que ocuparam as ruas.

Não é por acaso que sigla NTICs (novas tecnologias de informação e comunicação) começa a freqüentar as pautas de reivindicações juvenis. As NTICs se tornam instrumentos úteis para a circulação de informações sobre vários temas e causas e, ao mesmo tempo, alimentam novas bandeiras de luta. Este é o caso do envolvimento de grupos de jovens na defesa do software livre (programa de código aberto) que significa dar liberdade para os usuários para executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o Programa (NOVAES, 2007 p.4).

Contudo, a questão da dificuldade de acesso à rede e a dispositivos que permitam o acesso à internet ainda é um problema no Brasil. De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude, ainda é necessário aos jovens uma certa “educação” de como lidar com esse novo serviço e suas informações, sendo necessário portanto, ações que visem a inclusão digital dos jovens.

Dessa forma, é fundamental reconhecer a importância da internet para a participação política e social, principalmente no que se refere as ferramentas online que facilitam a interação, a colaboração e o compartilhamento de conteúdos.

Internet e participação

Os recursos da internet e as ferramentas web 2.0 facilitaram a criação e a circulação de conteúdos aos usuários da internet, que podem atuar como leitores, autores, produtores e editores de conteúdo informacional multimídia. O usuário não é mais pensado como agente passivo, mas como desenvolvedor de conteúdo. Essa segunda geração de ferramentas online potencializa as formas de publicação, interação, compartilhamento e organização de informações, além de expandir os espaços para a colaboração entre os participantes. Reforça a promessa de criação de inteligência coletiva, ou construção coletiva do conhecimento. Por meio da interação, colaboração e compartilhamento, comunidades formadas em torno de interesses específicos poderão apoiar uma causa, discutir temas individuais ou de relevância coletiva, levar a opinião pública à reflexão e disseminar informações políticas e sociais (VALENTE; MATTAR, 2007).

Segundo seus criadores, a internet é uma mídia que agrega todas as outras e permite a interação entre seus usuários, independente de sua localização geográfica. Assim, as formas de comunicação e consumo de informação começam a se modificar,

deixando de ser unilaterais – marcados pelos meios de comunicação de massa – e passam a ser algo participativo e democrático, a partir do uso das tecnologias web 2.0. Devido à interatividade, com a criação das redes sociais e blogs, a internet proporciona a todos seus usuários capacidade de produzir informação, ao invés de somente consumi-la. Ou seja, o internauta pode expressar livremente a posição, opinião e relato que achar conveniente, sem precisar passar por edição de uma linha editorial e de jornalistas como acontece no espaço reservado ao leitor das revistas e jornais, ou uma entrevista na TV e no rádio (ZANETTI, LUVIZOTTO, 2014).

De acordo com Rothberg, Luvizotto e Vanzini (2014, p. 231):

Os recursos da web 2.0 facilitaram a criação e a circulação de conteúdos aos usuários da internet, que podem atuar como leitores, autores, produtores e editores de conteúdo informacional multimídia. O usuário não é mais pensado como agente passivo, mas como desenvolvedor de conteúdo. A segunda geração de ferramentas online potencializa as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de expandir os espaços para a colaboração entre os participantes.

As ferramentas web 2.0 estão organizando e fomentando o desenvolvimento de novas mídias digitais e redes sociais virtuais, à medida que são reduzidos os custos da mobilização de atores sociais. A ação política através das tecnologias “torna-se mais barata, rápida e por consequência mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado”, segundo Pereira (2011, p. 14). As redes que integram essa lógica possuem potencial articulador e mobilizador e, segundo a socióloga brasileira Ilse Scherer-Warren (2006, p. 115), “por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações – e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores”.

Participatório – Observatório Participativo da Juventude

Criado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria 42, o *Participatório* é uma “plataforma virtual interativa voltada à produção do conhecimento sobre a juventude e para a própria juventude, mediante participação e mobilização social”

(Artigo 2º da Portaria 42), que “pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos para temas relacionados às políticas públicas de juventude” (Artigo 3º).

O nome *Participatório*, é intencional, e pretende mesclar as duas principais diretrizes do projeto, que são a participação social e o observatório. E como a própria plataforma aborda em sua página, o site foi criado com o intuito de “dialogar” com os jovens que se manifestavam on e off-line, evidenciando a sua insatisfação com a vida política. A proposta, é que o *Participatório* fosse um método supostamente organizado de canalizar a participação política desses jovens, por meio de ferramentas como fóruns e debates, por exemplo.

Os 3 principais objetivos do *Participatório*, segundo o texto oficial disponível no website são:

1) Produzir conhecimento em rede Ambiente para construção e produção do conhecimento em permanente processo de elaboração. Um espaço de articulação de saberes envolvendo a juventude, instituições de pesquisas, observatórios e grupos de pesquisa, gestores, ativistas, estudiosos, no Brasil e no exterior, ligados a questões, dilemas e políticas públicas de juventude.

2) Promover a participação em ambientes virtuais Integrado à estratégia de participação social como método de governo, o Participatório, além de promover a construção do conhecimento sobre a Juventude brasileira, é um ambiente de comunicação entre pessoas. Um espaço para o diálogo, o debate e a interação de jovens, gestores, pesquisadores e demais formuladores das políticas de juventude.

3) Mobilizar e disputar valores da juventude Espaço para disseminação de campanhas com relevância e potencialidades de absorção de conteúdo e valores relacionados aos temas que já estejam circulando pelas redes e ambientes sobre juventude. O espaço virtual tem uma articulação entre o debate e a mobilização presencial, ampliando e potencializando: valores, debates, eventos, atividades, que a Secretaria e seus parceiros venham a realizar. Um debate pode ser transmitido ao vivo pela web, provocando a repercussão nas mídias sociais.

Em suma, o site se apresenta como um mecanismo fundamental para que os jovens pudessem expressar suas demandas, e também aumentar o seu conhecimento e produzir conteúdos relacionados aos temas que mais interessem a eles. Entretanto, a plataforma passou por mudanças significativas desde sua criação até os dias atuais. Analisaremos aqui, alguns dados coletados após um ano da criação do site, e dados coletados recentemente, a fim de evidenciar essas mudanças.

Em 2014 era possível acessar o site do *Participatório* pelo seguinte domínio: <<http://participatorio.juventude.gov.br>>, e atualmente o domínio se modificou para <<http://juventude.gov.br/participatorio>>. Aparentemente apenas houve uma inversão dos termos no link. Contudo isso implica em grandes alterações para o site. A principal, é a de que antigamente o site era um site próprio, desvinculado do site da Juventude do Brasil. Porém, atualmente o site se tornou uma categoria dentro do próprio site da Juventude, o que provocou, por exemplo com que muitos conteúdos fossem perdidos, e muitos links do site ficassem quebrados e sem uma correspondência de conteúdo na web.

Outro aspecto que também sofreu significativas mudanças foram as redes sociais. Atualmente já não possui uma página no Facebook. A última atualização do Twitter foi feita em 11 de março de 2015 e o último vídeo no canal do *Participatório* no Youtube também foi postado há mais de 2 anos.

Já a respeito da estruturado site, em 2014, segundo Oliveira (2014, p.115) ele trazia os seguintes menus principais:

Atividades – espaço para as atividades das pessoas cadastradas no site como mensagens, novos contatos em redes sociais, etc.

Comunidades – grupos criados ou já existentes para discussão de temas.

Membros – menu que traz o total e os nomes das pessoas que estão inscritas.

Vídeos – são listadas sugestões de vídeos publicadas pelos participantes.

Debates – esse menu redirecionava o usuário para o mesmo acesso do menu Comunidades que trazia o nome Debates.

Blog – o campo *Blog* direciona o internauta a uma listagem de postagens sobre assuntos variados.

Mais – é o *link* que te dá acesso ao arquivo, *blogs* e *wikis*.

Atualmente, em 2016, ele traz as seguintes opções:

O que é – abre um link que explica o porque do site, quando ele foi criado etc.

Notícias – mostra as notícias vinculadas a juventude.

Biblioteca Digital – link quebrado, que mostrou a seguinte mensagem: “Essa transação foi rejeitada porque possivelmente viola a política de segurança da informação da Presidência da República. Entre em contato com o administrador do sistema para mais informações”.

Centro de Documentação – abre uma página explicando sobre o centro e como ele funciona.

Revista Eletrônica – link quebrado, abre uma página com erro.

Boletim Juventude Informa – abre uma página explicando sobre os boletins e disponibiliza os links de acesso para as edições de boletins publicados.

Rede de Pesquisadores – abre uma barra de busca de conteúdo de pesquisadores e o números de pesquisadores no site.

Parceiros – mostra os membros do site.

Contato – abrem opções para você se cadastrar e enviar um e-mail para os administradores.

Debates - mostra os tópicos de discussão. No caso havia apenas um no dia do acesso (19/01/2017), intitulado “Participação no Participatório”. A data do tópico é de 7 de agosto de 2015.

Divulgue esta página – abre uma página para você logar no site.

No geral, percebemos que vários links do site estão ou bloqueados ou corrompidos. Além disso, o site se tornou um pouco confuso, pois agora como ele faz parte do site da Juventude, se misturam conteúdos de ambos os websites. Outro aspecto negativo é a questão da pouca usabilidade, pois quase todos os canais de discussão e produção de conteúdos estão parados e desatualizados. Assim, depreendemos que apesar do site ter sido criado com um intuito muito positivo, que visava a participação e

mobilização social dos jovens, atualmente ele é pouco acessado e difundido, e possui ferramentas corrompidas, o que compromete ainda mais a sua usabilidade.

Atualmente, o website possui mais de 24 mil e 500 usuários cadastrados, divididos em 540 comunidades. De forma geral, verifica-se que o compartilhamento de recursos e troca de informações entre usuários nas páginas do website é baixo: muitas comunidades possuem apenas um membro, aquele que criou a comunidade e não são verificadas interações. Embora a verificação das atividades e dos recursos utilizados no website possam sugerir um potencial de ativismo online, a participação mais ativa na forma da inserção e troca de conteúdos não pode ser negligenciada como indicador efetivo de interesse e engajamento.

O *Participatório* apresenta-se como ferramenta que se beneficia das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), ainda que sejam necessários aperfeiçoamentos, a serem desvendados por pesquisas futuras. Apesar de o *Participatório* utilizar as NTIC para o incremento do engajamento e da participação política, com a promessa de aproximar os jovens das discussões políticas e sociais propostas pelo governo federal, observa-se o que seu uso foi insuficiente até o momento e isso indica que muitos esforços devem ser empregados para atingir os objetivos que o website pretende atingir (LUVIZOTTO, 2016).

Considerações finais

Este artigo procurou refletir sobre a utilização da internet para ações de participação política e social dos jovens no Brasil, a partir do exemplo do website *Participatório*, no contexto da participação online, buscando verificar sua abrangência e performance e analisando o potencial das tecnologias digitais na revitalização da democracia.

Primeiro, buscamos compreender o que é participação, e como esse conceito se articula com a juventude brasileira e a internet. Compreendemos que apesar da internet ainda não ser um direito de todo cidadão brasileiro e que grande parte das pessoas ainda não conhecem o potencial desse veículo de comunicação, a internet e suas ferramentas

contribuíram em muito para aumentar os canais de participação, informação e também possibilitaram que os próprios usuários pudessem criar os seus conteúdos online.

E por fim, levando todos esses fatores em conta, descrevemos o website *Participatório* e seus links, mostrando que muitos deles estavam corrompidos e que no geral o website estava sendo pouco usado pelos jovens. Também fizemos uma comparação entre a ideia do site, como ele estava após um ano de sua criação e qual é a situação dele nos dias atuais.

Este estudo traz algumas indicações importantes. A primeira delas é que apesar do website favorecer a participação político-social dos jovens, ele possui limitações de acessibilidade e navegabilidade, e dessa forma, suas ferramentas não são utilizadas em sua potencialidade. Um questionamento necessário é a respeito da divulgação dessa plataforma, pois apesar dela ter vários recursos que promovem a participação, para que ela realmente funcione e gere conhecimento por meio dos fóruns e discussões, é importante que ela seja divulgada e que possua um número razoável de usuários.

Por fim, um outro questionamento essencial é se esse website ajuda efetivamente a mudar a realidade política do jovem brasileiro, ou se é apenas uma forma dos jovens dissiparem sua “raiva” contra o governo, sendo portanto, apenas um canal de participação dirigida e manipulada. Acabamos por sugerir que o *Participatório* só cumprirá seu papel efetivo na sociedade se os temas por ele elencados forem efetivamente colocados em prática através de políticas públicas para a juventude.

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**, 1ªed. Brasília: RITLA, 2009.

AMMANN, S. B. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

BERNARDINI, G.; GOBBI, M. C. Levante popular da juventude brasileira: saímos do Facebook. In: **Mediação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, jul./dez. de 2013.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Sobre o participatório**. 2013. Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/about>. Acesso em: 30 nov. 2013.

CASSAB, C. Refazendo Percursos: considerações acerca das categorias Jovem e Juventude no Brasil. **PERSPECTIVA**, Erechim. v.34, n.128, p. 39-51, dezembro de 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Volume 1. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Galaxia da Internet**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Política social, educação e cidadania** 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16 n.47 maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>

HABERMAS, J. Participação política. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. **Política e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1983.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 297-312, 2016.

MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Ano 9, nº 18, **Sociologias**, Porto Alegre, jul./dez. 2007, p. 248-285.

NOVAES, R. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**. São Paulo, outubro de 2007.

_____. Prefácio. In: CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M., **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**, 1ªed. Brasília: RITLA, 2009.

OLIVEIRA, A. B. **Protagonismo juvenil**: O programa aprendiz com gás no município de Campinas. 2009 Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, V. C. **Protestos, Governo e Opinião Pública** - um estudo analítico da resposta do Governo Federal Brasileiro às manifestações de junho de 2013. Bauru, 2014.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In: **IV Encontro da Compolítica, 2011, Rio de Janeiro**. Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

RIZZINI, I.; CALDEIRA, P.; CALDEIRA, A.; BARROS, D. Juventude e participação cidadã.

XXVII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA 2009) Rethinking Inequalities. 2010.

RODRIGUES, L. **Juventude e Participação Social: espaço de lutas e conquistas.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, 2014.

ROTHBERG, D.; LUVIZOTTO, C. K.; VANZINI, K. V. As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude In: **Liinc em Revista**, vol. 10, nº 1, pp. 227-240, 2014.

ROUSSEAU, J. **Do contrato social.** Tradução Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais.
Sociedade e Estado, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

_____. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Texto base **1ª Conferência Nacional da Juventude** 2008. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/marcos/2008-1a-conferencia-nacional-de-juventude>> Acesso em: 4 set. 2016.

SERNA, L. Globalización y participación juvenil. **JÓVENES, Revista de Estudios sobre juventud**. Nº5. México, 1997.

SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites. **Revista Última Década**, n. 20, Junho, 2004, p.47-69. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n20/art03.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, p. 1-28, 2009.

VALENTE, C.; MATTAR, J. **Second Life e Web 2.0 na educação:** o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

VIEIRA, V. O Papel da Comunicação Digital na Primavera Árabe: apropriação e mobilização social. In: **V Congresso da Compólitica**, Curitiba, maio 2013.

ZANETTI, L. A. ; LUVIZOTTO, C. K. Impacto da internet para os movimentos sociais e para a abordagem da mídia tradicional. **Colloquium Humanarum**, v. 11, p. 102-109, 2014.